

Reconhecimento ao 'leigo'

QUASE um quarto (24%) dos professores de Primeiro Grau no País são considerados sem habilitação para exercer o magistério. Mas quem, no Governo que assim os (des)qualifica, seria capaz de prová-lo?

É SIMPLES futilidade elitista relegar a uma categoria menor os que respondem, direta e, em certas regiões, maciçamente, pelas obrigações do Estado em matéria de ensino de Primeiro Grau: no Nordeste, 70 por cento do professorado de Primeiro Grau são compostos por essa grei dos oficialmente "inabilitados". Não fosse por sua existência, e sobretudo por sua dedicação a uma política social que jamais puderam formular, a figura do Brasil, interna e externamente, poderia ser bem diferente, quanto à qualidade de vida da população e mesmo quanto ao desempenho da economia.

QUEM sabe mais pode e deve ajudar a quem sabe menos — é a justificativa ético-social da existência do professor que ensina, mesmo sem dispor de um certificado de Segundo Grau. Uma justificativa que só pode merecer profundo respeito num Estado democrático amadurecido, onde a competência real conta sempre mais que a competência formal de um certificado ou diploma, tantas vezes substituto palpável de uma capacitação impalpável.

A ESSA justificativa, porém, que de si deveria ser sufi-

ciente, juntam-se, no Brasil, outras, de ordem política e econômica. Do ponto de vista político, basta dizer que não cabe ao Estado brasileiro desqualificar, onde e quando foi notoriamente inepto para promover: se um número expressivo de professores de Primeiro Grau não teve acesso ao Segundo Grau ou a um Instituto de Educação, como e por que lhes impedir o exercício do magistério, a não ser cumulando a incompetência com a injustiça?

DO ponto de vista econômico, há ainda mais aspectos a considerar. Preliminar e quase aprioristicamente, é sempre melhor uma instrução deficiente que uma instrução zero. Em seguida, e bem mais importante: quem sofre na própria carne as deficiências, como o professor "não habilitado", atina melhor com as deficiências que encontra; e se torna muitas vezes, através dessa afinidade, mais capaz e mais criativo no ministrar um ensino de Primeiro Grau realista, de maior peso econômico assim como de maior significado social (está aí, em reportagem do GLOBO, o discernimento da professora "leiga" do remoto interior fluminense, a constatar ser mais relevante o conhecimento indispensável ao ingresso na força de trabalho do comércio ou da agricultura que se exprimir de forma gramaticalmente correta). Enfim, se o País não poderá jamais, da noite para o dia, qualificar seus 24 por cento de professores "lei-

gos", será isso razão para que se deixe o ensino de Primeiro Grau numa estagnação ou paralisia que amanhã será quase impossível recuperar?

DE PÉS descalços, sem uniforme e em inúmeras escolas de uma única sala já se aprendeu muito neste País; e não apenas a ler e a escrever: é mais um modelo de aprendizagem, a se juntar aos demais, com igual ou maior valor pedagógico. Com professores "leigos" também será possível fazer o País crescer e desenvolver-se.

A FINAL, contar com professores "leigos" continua sendo proveito, mesmo para um Estado que não o mereceria, já que permitiu entrasse tanto em decadência o estatuto social da profissão por excelência, que denomina e prepara as demais — o professor.

E, A SE pretender fazer-lhe justiça, fora melhor começar por abandonar a denominação de professor "leigo" — notória herança medieval e instrumento de discriminação e privilégio. Porque não pode o Estado apropriar-se, em nome e em benefício de alguns, do exercício do magistério, se quer um dia o saber aberto a todos. Não se pode instituir uma reserva da transmissão do saber, sem fazer do saber instrumento de dominação: é a quanto aponta a denominação, gritantemente injusta, de professor "leigo".